



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

**Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”.**

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda. – ME contra a Habilitação da Empresa E.G. Bezerra Engenharia - EPP

Em resposta ao recurso administrativo feito pela empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda. - ME; na fase de julgamento dos documentos de habilitação pela comissão de licitações à Concorrência 005/2016, cujo objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA) contra a Habilitação da Empresa E.G. Bezerra – EPP.

Passamos a relatar: Após análise dos “Documentos de habilitação” das empresas participantes do processo licitatório em questão, guiando-se pelos preceitos da lei federal n.º 8666/93 e suas alterações, bem como pelo edital, a Comissão deliberou por HABILITAR, além de outras, a empresa E.G.Bezerra Engenharia – EPP.

### **DOS FATOS E FUNDAMENTOS:**

No dia 22 de agosto de 2016, reuniram-se, os membros da Comissão de Licitações para sessão de abertura dos envelopes “Documentos” do processo licitatório na modalidade Concorrência 005/2016, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA) de acordo com as condições fixadas neste instrumento e seus anexos. Estando presentes no ato as empresas: Construvap Construções e Comércio Ltda, Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda, Centroprojekt do Brasil S/A, Santin Engenharia, Montagens e Construções Ltda, Target Serviços Elétricos Especializados Ltda EPP; Tag Infraestrutura e Construção Eireli ME, Construtora Getel Ltda.; Sampa Saneamento Ambiental Ltda. Sob a presença da Douta comissão de licitação e os representantes dos respectivos licitantes foram disponibilizados os documentos de habilitação para análise, rubrica e considerações. Após, a comissão encerrou a reunião para análise dos documentos e posterior resultado da fase de habilitação. No dia 26 de agosto de 2016, reuniram-se para julgamento, sendo habilitadas as empresas: Construtora Mollinari Ltda; Construtora e Pavimentadora Concivi Ltda; Santin Engenharia, Montagens e Construções Ltda; Target Serviços Elétricos Especializados Ltda EPP; Prudenstaca Sociedade de Engenharia e Construções Ltda; Tag Infraestrutura e Construção Eireli ME; Construtora Getel Ltda; Sampa Saneamento Ambiental Ltda; E.G. Bezerra Engenharia EPP; Viga Participações e Engenharia Ltda; Penascal Engenharia e Construção Ltda; e



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

**Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”.**

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda. – ME contra a Habilitação da Empresa E.G. Bezerra Engenharia - EPP

Inabilitadas as empresas Construvap Construções e Comércio Ltda EPP ; Centroprojekt do Brasil S/A e Clark Construtora Ltda.

a) Centroprojekt do Brasil S/A (Sociedade por ações) foi inabilitada por:

-Não apresentar a devida publicação do Diário Oficial do Ato Constitutivo e das Atas das Assembleias arquivado no registro competente, exigência constante do item 7.2.3 do Edital;

- Não apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, exigência constante no item 7.5.2 do Edital

b) Construvap Construções e Comércio Ltda- EPP foi inabilitada por:

- Não atender ao item 7.4.2 do edital e item 22.1 do Termo de Referência - Dentre as certidões apresentadas pela empresa, nenhuma delas apresentou a execução de 50m3 de concreto armado.

c) Clark Construtora Ltda foi inabilitada por:

- Não atender ao item 7.4.2 do edital e item 22.1 do Termo de Referência- Apresentou para a qualificação técnica somente a CAT C.0054/98, acompanhada do atestado, referente à execução de ETE, EE, rede coletora de esgoto e rede de distribuição de água potável para a CCE Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos S/A.

A Comissão encerrou a sessão após lavrada a ata nos termos supracitados abrindo prazo para recurso.

### **DAS RAZÕES:**

A empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda. - ME, recorreu tempestivamente e manifestou sua discordância quanto à habilitação da empresa E.G. Bezerra Engenharia EPP: “que sendo pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido está obrigada a adotar a ECD (Escrituração Contábil Digital) nos termos do Decreto nº 6.022, de 2007, mas apresentou na licitação Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis registrado em Cartório que serviram de base para elaboração dos cálculos exigidos no item 7.5.5 do Edital e não juntou comprovante de que o documento foi registrado em órgão oficial de forma eletrônica (SPED).



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

**Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”.**

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda. – ME contra a Habilitação da Empresa E.G. Bezerra Engenharia - EPP

### **DA ANÁLISE E JULGAMENTO**

Ao recurso interposto pela empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda. - ME –: Primeiramente esclarecemos que, a licitação como procedimento administrativo, deve obedecer aos ditames constitucionais, aos princípios gerais de direito e à Lei, aqui citando particularmente a Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

Após reexame baseado nas alegações da Recorrente, a Comissão passa a análise de fato e mediante estudos e aprofundamento na legislação específica, respeitando os parâmetros da razoabilidade, legalidade e da proporcionalidade, que censuram o ato administrativo bem como nas disposições insertas no Edital.

Primeiramente, entendemos que a Comissão de Licitação equivocou-se na análise e julgamento dos documentos apresentado pela Empresa E.G. Bezerra Engenharia – EPP não observando que, apesar de ser enquadrada como Empresa de Pequeno Porte, não era empresa Optante Pelo Regime Tributário do Simples Nacional. As empresas enquadradas nesse conceito (ME ou EPP) poderão optar pelas formas de tributação do lucro real, do lucro presumido ou do sistema Simples Nacional, este último dedicado apenas a elas. O enquadramento da empresa como ME ou EPP não significa que sua tributação será feita necessariamente a partir do sistema Simples Nacional, já que elas podem optar por outras formas.

A empresa recorrida apresenta sua tributação com base no lucro presumido, portanto, está obrigada a adotar a ECD (Escrituração Contábil Digital) e não poderia entregar o Balanço Patrimonial da empresa registrado em Cartório, pois esta situação é permitida apenas para as empresas optantes pelo Regime Tributário do Simples Nacional.

Especificamente quanto ao balanço patrimonial, exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira mais exigida nos editais de licitações, o art. 31 da Lei de Licitações exige que ele seja do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei. O balanço patrimonial exigível na forma da lei compreende o balanço patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário, este registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registros conforme a empresa.



## SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

Objeto: **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”**.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda. – ME contra a Habilitação da Empresa E.G. Bezerra Engenharia - EPP

Conforme disposto no Código Civil brasileiro (art. 1078, inciso I), o balanço patrimonial deve ser fechado ao término de cada exercício social e apresentado até o quarto mês seguinte. Com a criação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e a publicação da Instrução Normativa RFB n.º 787/2007 (Revogada pela Instrução Normativa RFB n.º 1420/2013, que foi alterada pela atual Instrução Normativa n.º 1594/2015), as empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real ou presumido ficaram obrigadas a realizar seu balanço patrimonial através do dito Sistema.

Também nos termos do art. 1.078 da Lei Federal 10.406/02 (Lei do Código Civil), determinou-se o prazo para apresentação, formalização e registro do balanço que é até o quarto mês seguinte ao término do exercício, ou seja, o prazo limite seria até o final de abril, nos termos transcritos a seguir:

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

No caso de empresas com regime tributário de lucro real e presumido, o prazo é até o final de junho, conforme Instrução Normativa da Receita Federal n.º 787/2007 (Acórdão n.º 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo, Processo n.º 008.674/2012-4).

Alega a recorrente que por força da Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1420/2013 alterada pela atual Instrução Normativa n.º 1.594/2015 a E.G. Bezerra Engenharia -EPP é obrigada a apresentação do balanço patrimonial através do SPED. (grifo nosso)

Entendemos que a recorrente está correta no entendimento da Instrução Normativa porque tal normativa institui a Escrituração Contábil Digital (ECD), e que a dita ECD deverá ser transmitida através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la e, segundo o art. 3º dessa mesma norma, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou presumido (o que é o caso da E.G. Bezerra) são obrigadas a adotar o sistema. Perceba que a Lei é muito clara quando diz “deverá”, portanto, não se trata de situação opcional, conforme IN 1420/13 alterada pela IN 1594/2015:



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

**Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”.**

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda. – ME contra a Habilitação da Empresa E.G. Bezerra Engenharia - EPP

Art. 3º Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:

I - as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no lucro real;

II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuïrem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita; e

III - as pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano calendário, tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012. (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1510, de 05 de novembro de 2014)

IV – as Sociedades em Conta de Participação (SCP), como livros auxiliares do sócio ostensivo. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1486, de 13 de agosto de 2014)

A comprovação da Entrega da Escrituração Contábil do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis junto à receita Federal se faz através do Recibo de Entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que conforme Decreto 8683 de 25 de fevereiro de 2016, também será considerado como comprovante de autenticação da Junta Comercial.

Ademais, mesmo que a Comissão Licitatória não tenha observado tal falha no momento da Ata de Julgamento dos Documentos de Habilitação, neste ato pode reconsiderar, eis que os argumentos trazidos pela Recorrente submetidos ao crivo desta Comissão de Licitação e a legislação pertinente, mostraram-se suficientes para comprovar a necessidade de reforma da decisão.



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Concorrência n.º 005/2016 - Processo Licitatório: n.º 1328/2016

Objeto: **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ETA 3 - CAPIM FINO (OBRA DO PAC 2 - 2ª ETAPA)”**.

Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda. – ME contra a Habilitação da Empresa E.G. Bezerra Engenharia - EPP

### **CONCLUSÃO**

Isto Posto, sem nada mais evocar, conhecemos o recurso interposto, para DAR-LHE PROVIMENTO, alterando a decisão da Comissão Permanente de Licitação para INABILITAR a empresa E.G. Bezerra Engenharia- EPP, pelos fundamentos acima expostos. Assim, a Comissão Permanente de Licitação decide pelo encaminhamento do presente processo à autoridade superior competente Dra. Danielle Pacheco de Souza Santim para sua análise, consideração e julgamento final do Recurso Administrativo em pauta, para posterior comunicado do resultado às respectivas empresas licitantes interessadas, na forma e prazo previstos no Edital.

Maria Alice Silva Santos  
Presidente da Comissão

Cintia C.Z.L.Evangelista  
Membro da Comissão

Suzana Maria de Oliveira  
Membro da Comissão